

---

## *Fissuras na luta de libertação angolana*

*Fissures in the Angolan liberation struggle*

*Marcelo Bittencourt\**

---

**Resumo:** O artigo se debruça sobre a história da primeira dissidência ocorrida no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), depois da sua decisão de iniciar a luta armada, em 1961, contra o Exército Colonial português. A ênfase recairá sobre os vários fatores que marcaram aquele momento. O principal objetivo é escapar de uma visão concentrada na ideia de choque de personalidades entre as principais lideranças do movimento. O cotidiano da guerrilha, os vínculos de solidariedade estabelecidos durante a vivência colonial e as diferentes culturas políticas serão considerados como importantes alternativas para analisar a crise em discussão.

**Palavras-chave:** Dissidência; Movimento de libertação; Cultura política.

**Abstract:** The article addresses on the history of the first dissidence occurred in the People's Liberation Movement of Angola (MPLA), after its decision to initiate the armed struggle in 1961 against the Portuguese Colonial Army. The emphasis will be on the various factors that have marked the moment. The main objective is to escape from a vision focused on the idea of a clash of personalities between the main leaders of the movement. The daily life of the guerrilla, the solidarity ties established during the colonial experience and the different political cultures are considered as important alternatives to analyze the crisis under discussion.

**Keywords:** Dissidence; Liberation movement; Political culture.

---

### **Introdução<sup>1</sup>**

A luta armada pela independência de Angola teve início em 1961, com as primeiras ações de guerrilha promovidas pelos dois principais movimentos de libertação à época: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que, 14 anos mais tarde, proclamaria a

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Antropologia pela USP. Professor no Departamento de História da UFF. *E-mail:* marcelo216@gmail.com

independência do país, e a União das Populações de Angola (UPA), que, no ano seguinte, 1962, se transformaria em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

As duas organizações protagonizaram uma luta contra o colonialismo português, mas também lutaram entre elas, não só no terreno da propaganda e dos apoios internacionais, mas, sobretudo, com enfrentamentos armados, resultando em mortes em ambos os lados.

O objetivo deste texto, no entanto, é o de, tendo em conta essa fase inicial da luta pela independência, se dedicar à análise de uma dissidência ocorrida no MPLA entre 1962 e 1964, que ficaria conhecida pelo nome de uma das principais lideranças políticas envolvidas: Dissidência Viriato da Cruz.

### O contexto

A partir de meados de 1962, o percurso do MPLA seria de crise, enfraquecimento e mudança. Entre o fim de 1961 e o fim de 1963, o movimento estava instalado de forma precária na capital do país, limítrofe de Angola, Léopoldville, na República Democrática do Congo. Precariedade é, sem dúvida, a ideia mais apropriada, tendo-se em conta os obstáculos existentes. E será num ambiente de acirrada rivalidade com a FNLA que terá lugar a primeira cisão de vulto no seu interior.

Os argumentos de ordem étnica e racial, presentes nas acusações e nos discursos elaborados pelos movimentos de libertação, produziram uma visão limitada no tocante às filiações e aos objetivos dos diferentes grupos angolanos envolvidos na luta anticolonial. No início dos anos 60 (séc. XX), tal abordagem despontava como a principal forma de apreensão do nacionalismo angolano, assumindo um papel fundamental na crise de 1962 no MPLA. E os dois principais movimentos de libertação tiveram importância decisiva para que vingasse essa interpretação. Tanto o MPLA como a UPA acusavam-se mutuamente, levantando argumentos de carácter étnico e racial sobre as respectivas organizações. Para o MPLA, a UPA privilegiava a filiação dos *bakongos*, grupo etno-linguístico situado no Norte de Angola, enquanto para essa o MPLA abrigava não só indivíduos de origem *kimbundu*, grupo etno-linguístico do Centro-Norte de Angola, como também e acima de tudo, mestiços. Por longo tempo, não houve a preocupação nem o interesse,

por parte dos estudiosos, em estabelecer uma análise processual e histórica da consolidação desses movimentos.

Ou seja, mesmo reconhecendo a forte vinculação, assinalada pelo MPLA, entre os *bakongos* e a UPA, ainda assim, podemos afirmar que uma visão centrada unicamente na etnia demonstra, também nesse caso, inúmeras limitações. Essa ligação precisa ser acrescida de outros elementos, que, certamente, o estudo da correlação de forças internas do movimento dirigido por Holden Roberto nos facilitaria enxergar. Tendo atenção a isso, pode-se observar que a combinação dos fatores linguístico, religioso, regional, ocupacional e familiar posiciona, de forma muito diferente, os partidários do movimento, ou seja, mesmo no caso da UPA, reconhecidamente, um exemplo de movimento com base étnica de apoio, a existência de outros elementos e suas imbricações fornecem novas possibilidades para o estudo de suas dinâmicas internas.

No MPLA, as disputas internas não assumem características assim tão distanciadas das encontradas na UPA. Talvez as componentes política, racial e dos apoios internacionais tenham um peso maior, mas não se pode esquecer da existência de diferentes elementos capazes de possibilitar internamente o fortalecimento ou não de seus quadros. E será essa a perspectiva a ser defendida aqui como a melhor forma de analisar os processos de ruptura interna do movimento.<sup>2</sup>

A crise iniciada em 1962, foi, por diversas vezes, anunciada como um confronto pessoal em torno de perspectivas diferenciadas sobre a questão racial. Por vezes, fala-se também num choque de personalidades entre as duas principais figuras que protagonizaram a disputa: Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Sem descartar tais argumentos, que têm seu peso relativo no problema, iremos propor outras formas de encarar essa dissidência, realçando a existência de outras fissuras – como o título do artigo sugere – existentes no interior do movimento. Para tanto, é importante precisarmos um pouco mais a situação em que se encontrava o MPLA quando se dá a chegada de Agostinho Neto e quando ocorre o agravamento da crise.

É claro que a situação desesperadora vivida pelo MPLA no Congo-Léopoldville, sob pressão da UPA, facilitaria o afloramento do conflito interno. Naquele momento, o contexto tornava-se ainda mais grave com a criação da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), fruto da junção da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA). Essa

união, ocorrida em março de 1962, seria imediatamente seguida pelo anúncio da criação, pela FNLA, em abril do mesmo ano, do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Os acontecimentos em cascata proporcionaram um efeito devastador na propaganda até então feita pelo MPLA. As alterações empreendidas pela UPA de Holden Roberto ofuscariam até mesmo as sérias acusações de Marcos Kassanga, chefe do Estado-Maior da UPA, ao tribalismo da organização e sobre o assassinato de homens do MPLA. (GUERRA, 1994, p. 142). Definitivamente, a UPA, agora FNLA, havia dado um grande salto à frente. Buscava também incluir indivíduos oriundos de outras regiões que não apenas do Norte da colônia. Essa maior diversidade quanto aos percursos dos novos dirigentes também indicava uma continuação da linha política de impedir qualquer tipo de negociação para a criação de uma frente com o MPLA.

Com a formação da FNLA e, em seguida, do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, é o MPLA que passa a ter que responder à pressão das autoridades congolenses, a fim de que ingressasse na nova frente. Afinal, algumas pequenas organizações ingressam na FNLA.

É importante realçar que esses pequenos partidos ou movimentos, baseados em Léopoldville tiveram grande destaque na luta travada entre a UPA e o MPLA pelo reconhecimento internacional, que passava pela formação de uma frente capaz de aglutinar as diversas organizações.

### A crise no MPLA

Quanto ao que se passava no MPLA, vale ressaltar algo que nem sempre tem sido destacado e que se refere ao fato de existirem sérias divergências no interior do Comitê-Diretor, antes mesmo da chegada de Agostinho Neto. O *esquecimento* desse conflito, aparente já no início do ano de 1962, deveu-se, em boa parte, à leitura da crise que seria feita *a posteriori* pelo movimento, em que o tom personalista da dissidência seria exacerbado. Entre os pontos mais polêmicos das discussões estavam o da representação racial existente no Comitê-Diretor e a dificuldade de consolidação e expansão do apoio dos refugiados angolanos no Congo-Léopoldville, potenciais militantes do movimento.

Tomou fôlego no interior do próprio Comitê-Diretor a ideia de substituição de alguns dos seus dirigentes, com o objetivo de proporcionar uma maior proximidade com os angolanos exilados ou

instalados no Congo-Léopoldville e, ao mesmo tempo, ofuscar os argumentos de caráter racial e ideológico levantados pela FNLA. Tal proposta iria acirrar as divergências existentes no movimento, que, por sua vez, seriam expressas de diferentes formas, com destaque para a oposição entre os que estudaram na metrópole e os que permaneceram em Angola, entre militantes do interior e militantes do Exterior, entre mestiços e negros. Todas elas reproduziam divisões criadas no mundo colonial e também vínculos de solidariedade diferenciados.

Boa parte dessas questões surgiriam de forma muito clara na reunião do Comitê-Diretor, ocorrida em 21 de maio de 1962. A ata dessa reunião iniciou com a discussão a respeito da decisão de Eduardo dos Santos de sair do comitê sob o argumento de que sua presença dificultaria, mais do que ajudaria, a luta que estava sendo levada adiante pelo MPLA. A partir daí, vai-se delineando o problema de fundo, que se resumia à mudança na composição do Comitê-Diretor, tendo-se em conta as acusações da FNLA quanto à presença de mestiços na direção do MPLA e o efeito que tal argumento provocava nos angolanos refugiados no Congo-Léopoldville, que consistiam no alvo principal do MPLA. Logo ficaram nítidos, na reunião, alguns posicionamentos opostos. Viriato da Cruz aproveitaria a fala de Eduardo dos Santos para pressionar por uma remodelação do comitê, sendo apoiado por Matias Miguéis e pelo próprio Eduardo dos Santos. Por sua vez, João Vieira Lopes discordava, dizendo que tal atitude seria o mesmo que aprovar os argumentos dos que acusavam o movimento, pois sabia-se bem que essa questão levaria à discussão da legitimidade da presença de mestiços e negros. Essa postura também seria seguida por Mário de Andrade e Hugo de Meneses.<sup>3</sup>

De acordo com Viriato da Cruz, a questão dos preconceitos raciais estava demonstrada na própria luta em Angola. Sintomaticamente, demonstrando a existência de outros fatores nesse debate, cita, como exemplo, o caso de estudantes em Portugal, que, quando na metrópole, diziam-se do MPLA, mas que, depois de conseguirem fugir da perseguição da polícia política de Portugal, deram as costas ao movimento. A associação entre estudantes, de comportamento político e raça, indicava que a concepção de Cruz a respeito do movimento misturava diferentes aspectos, sempre em prejuízo de determinados vínculos de solidariedade. Em seguida, Cruz expôs sua ideia-chave: “Não é ceder às intrigas da UPA. Ela trabalha num preconceito das massas. A UPA não cria nada.” (CRUZ apud MABEKO TALI, 2001, Anexo 3, p. 3). Insiste na tese de se valer de uma tática que considera o racismo.

A reunião, como se pode observar por essas declarações, é perpassada por várias oposições que se sobrepõem. Sendo assim, a remodelação do comitê não pode ser analisada simplesmente pelo prisma racial. Como afirmamos, a dinâmica interna do movimento, no reconhecimento do peso político dos atores, envolvia diferentes elementos. Hugo de Meneses, por exemplo, dizia que o problema não se resumia aos mestiços, mas incidia também sobre os universitários, que eram questionados por seus títulos, ou seja, por suas trajetórias, até mesmo dentro do movimento. Esse, talvez, seja o momento mais explícito quanto à existência de divergências no interior do MPLA relativas às diferentes condições sociais desfrutadas pelos seus membros, na esfera colonial.

Da reunião saiu um novo Comitê-Diretor (maio de 1962). Nele ingressariam Deolinda Rodrigues, Desidério da Graça, Domingos da Silva, Jorge Manteya Freitas, Graça Tavares, João Gonçalves Benedito, João Vieira Lopes, José Bernardo Domingos e José Miguel. Ficariam de fora Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos e Lúcio Lara. Com o agravante de que Lúcio Lara ainda estava na Guiné Conakry, não participando da reunião. (BITTENCOURT, 2008, p. 177).

Torna-se evidente a vitória da tese quanto à necessidade de serem afastados de cena os mestiços, como era o caso dos três nomes que ficaram de fora, principalmente os *mais claros*, e, ao mesmo tempo, inserir militantes negros.

A disputa não cessaria, muito pelo contrário, e o que estamos propondo é que ela não se devia somente a uma contradição em termos de estratégia sobre a apresentação ou não de militantes não negros. Essa era uma face do problema. A disputa era também quanto a estratégias políticas a serem seguidas e sobre trajetórias diferenciadas. Daí a importância de estarmos atentos à categoria *cultura política*. (DUTRA, 2002; GOMES, 2005).

Os opositores de Viriato tenderam a identificar sua posição como uma postura resultante de um “complexo”, dada a sua condição de mestiço.

É preciso lembrar que, para além da conjuntura hostil vivida em Léopoldville, aquela seria a primeira cidade em que todos os principais dirigentes do MPLA iriam viver, conviver e trabalhar juntos, em simultâneo. Até aquele momento, eles sempre estiveram separados, ou seja, muito do que por vezes é lido como incompatibilidade de egos,

pode se tratar de estranhamento e divergência política sobre assuntos antes não vividos ou enfrentados.

Por exemplo, no que diz respeito à migração dos estudantes universitários angolanos, Viriato da Cruz, já de longa data, apresentava algumas ressalvas. Ele demonstrava um certo receio sobre a fidelidade daqueles que estudaram no Exterior e que, conseqüentemente, passaram por experiências muito distantes das vividas pelos militantes que ficaram em Angola. Isso fica bem claro em algumas das correspondências trocadas com Lúcio Lara, onde estabelece uma comparação quanto ao empenho, à determinação e à seriedade com que os militantes angolanos, no país e no Exterior, se entregavam à luta anticolonial. Essa comparação é desastrosa para os do Exterior. De acordo com Viriato da Cruz,

é uma pena que os africanos residentes na Europa só agora comecem a ter uma idéia e a fazer confiança na seriedade da luta que, com espírito adulto e conseqüente, preparamos na nossa terra. [...] Quem nos pode dar, aqui na Europa, um exemplo de semelhante luta? (CRUZ apud LARA, 1997, p. 156-157).

Em outra correspondência, ele é ainda mais enfático e fala em erros, traições e práticas delatórias cometidas por “africanos ‘portugueses’ na Europa,” como conseqüência da “falta de vigor do sentimento de ser-se africano, e da falta de total repúdio de ser-se português, de estar assimilado ao povo português e de se participar de aspectos da vida portuguesa”. Acusa esses africanos de nunca terem negado “de maneira total o fato português que a colonização criara dentro do seu espírito”. (CRUZ apud LARA, 1997, p. 197).

Ou seja, é razoável pensarmos que ainda que todos fossem do MPLA, partilhavam trajetórias e culturas políticas diferenciadas, que marcavam sua forma de encarar a luta. Lúcio Lara, ao questionar essa leitura de Viriato, pareceu dar conta desse problema. Segundo ele, “nunca se devia pôr uma questão de tipos aqui (na terra) e tipos lá (na Europa). A única questão que se devia pôr é que são todos africanos [...], o resto é uma questão de competências, de capacidades, de caráter”. Mais à frente, conclui essa ideia afirmando: “Não deixarei de te dizer que muitas vezes és parcial na maneira de analisar certos problemas, sobretudo quando eles dizem respeito aos teus irmãos que não se forjaram na mesma FORJA que tu”. (LARA, 1997, p. 203).

Essa concepção quanto às duas correntes que formavam e ao mesmo tempo dividiam o MPLA não se apresentava somente como uma oposição entre militantes oriundos do Exterior *versus* os que viviam em Angola; ela tomava a forma também de disputas entre universitários e não universitários. Sem dúvida, essas *categorias* ganhariam maior dimensão no Congo-Léopoldville, onde, rapidamente, se estabeleceriam diferentes percepções quanto às atitudes e aos comportamentos de alguns dirigentes vindos do Exterior e dos militantes recrutados no local. Enquanto esses falam da arrogância dos dirigentes que estudaram na metrópole, os acusados destacam as socializações diferenciadas ocorridas em Léopoldville e no espaço português, elegendo-as como responsáveis pelas respectivas *estranhezas*. Há, portanto, uma nítida imbricação de fatores nas diferentes leituras que eram realizadas pelos militantes do MPLA, no tocante aos diversos segmentos que o compunham, gerando uma interpretação que dava força aos possíveis vínculos de solidariedade.

O resultado desses embates internos originaria uma nova configuração da direção do movimento saída da reunião de maio de 1962, na qual o sinal de mudanças se apresentava com clareza. Na questão das trajetórias individuais, vale dizer que todos os componentes do Comitê-Diretor até aquela data, à exceção de Luiz de Azevedo Júnior, Matias Miguéis e Viriato da Cruz, eram universitários e, pois, com longa passagem pela metrópole.<sup>4</sup> Com a remodelação ocorrida, dos nove membros incorporados, apenas quatro eram universitários, e esses eram negros (Deolinda Rodrigues,<sup>5</sup> Desidério da Graça, Graça Tavares e João Vieira Lopes). Os demais eram negros sem formação universitária e, conseqüentemente, com uma trajetória diferenciada.

Dessa forma, temos vários elementos que nos levam a acreditar na superação de uma leitura exclusivamente racial da crise vivida internamente pelo MPLA entre 1962 e 1964. A nova composição do Comitê-Diretor refletiria as disputas existentes e, ao mesmo tempo, a busca de um certo equilíbrio entre os diversos segmentos. Equilíbrio esse que se acreditava viesse a ter implicação no recrutamento de refugiados e demais angolanos já de longa data instalados no Congo-Léopoldville.



## A chegada de Agostinho Neto

Os conflitos internos do MPLA sofreriam novo abalo com a chegada de Agostinho Neto, em meados desse mesmo ano de 1962, após sua fuga de Portugal. Antes ele se encontra com Mário de Andrade, em Rabat, e Lúcio Lara, em Conakry. Dessa forma, Agostinho Neto chega a Léopoldville com total consciência do conflito existente na direção e já previamente avisado da força que o até então secretário-geral do movimento, Viriato da Cruz, conquistara na organização, ao conseguir implementar suas orientações na reunião de maio de 1962.

Mas Agostinho Neto tinha trunfos importantes. O MPLA produzira, em torno do seu nome, uma propaganda internacional de peso. Ele era seguidamente referenciado pelos comunicados do movimento como um exemplo de bravura e heroísmo. Era o médico que voltara a Luanda para instalar seu consultório numa zona pobre da cidade, a fim de atender aos mais desfavorecidos; o poeta que gritava pela libertação dos negros angolanos; o militante que tinha sido preso diversas vezes pela temível Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política portuguesa, por suas ideias e, mesmo assim, não se rendera. Agostinho Neto era também o mito que se tinha criado sobre ele.

Valendo-se do reconhecimento a seu nome, Agostinho Neto ousaria dar um passo político já tentado sem sucesso pelos dirigentes do MPLA: aproximar-se de Holden Roberto e buscar a concretização de uma frente única. Essa tentativa de aproximação com a FNLA e uma declaração de amizade com o Partido Comunista Português, exatamente num momento delicado, em que se vivia sob o fogo da campanha anticomunista da FNLA iriam gerar insatisfações dentro do MPLA, até então mais acostumado à prática das longas discussões colegiadas (Entrevista com João Vieira Lopes, Luanda, 27 de fevereiro de 1995).

Se no campo das relações internacionais surgiam rivalidades quanto aos procedimentos tomados, no tocante às atribuições internas do movimento seria ainda pior. Ora, Agostinho Neto já encontra o movimento passando por uma crise, dividido acerca de várias questões, e ele não deixaria de se posicionar fosse em relação aos problemas, fosse em relação aos grupos existentes. Evidentemente, buscou se aproximar daqueles que conhecia melhor e com quem tinha estabelecido longa relação de amizade desde os tempos da luta antissalazarista na metrópole, ou seja, daqueles com quem possuía maiores vínculos de solidariedade,

que tinham tido uma trajetória mais próxima da sua, com quem compartilhava uma cultura política. Os demais, ele não conhecia e já os encontrava numa situação de confronto, portanto, pouco propícia a um convívio mais direto.

A sua chegada alterava a correlação de forças existente. Seu prestígio internacional e dentro do movimento lhe franquearam o cargo de presidente do movimento, afinal ele já era o seu presidente de honra. E Agostinho Neto não abriria mão de tal possibilidade, assumindo essa responsabilidade antes mesmo de sua oficialização. Contaria para isso com o lento afastamento do presidente anterior, Mário de Andrade.<sup>6</sup>

Os elementos até o momento apresentados nos levam a não caracterizar a disputa entre Viriato da Cruz e Agostinho Neto simplesmente como o resultado de posturas controversas sobre a questão racial, ou ainda um choque de personalidades, ideia durante muito tempo disseminada. Só isso não explicaria a ruptura, nem a forma como ela se deu. É importante enfatizar ainda as divergências quanto ao encaminhamento a ser dado ao MPLA.

Viriato da Cruz afirmava que Agostinho Neto não seria capaz de defender a autonomia do movimento anticolonial angolano em relação à luta antissalazarista levada adiante pelo Partido Comunista Português.

Agostinho Neto tinha sido um dos estudantes universitários explicitamente citados por Viriato da Cruz, em carta enviada a Lúcio Lara, como tendo dificuldades em se libertar totalmente de sua parte portuguesa. (CRUZ apud LARA, 1997, p. 198). A manutenção dessa percepção segmentada do MPLA por parte de Viriato da Cruz, entre os militantes do interior e os do Exterior, caracterizada pela conduta e pela forma de adesão à luta anticolonial, condicionava o confronto de Agostinho Neto e outros dirigentes. A rivalidade crescente com Agostinho Neto implicava problemas de liderança, evidentemente, mas, acima de tudo, trazia à discussão questões que estavam relacionadas a trajetórias diferenciadas e a condicionamentos resultantes dessa diferença, bem como a perspectivas até mesmo antagônicas quanto ao desenvolvimento da luta pela independência. Eles não agem individualmente, seus nomes polarizam grupos de militantes.

O problema em discussão nos faz refletir sobre uma questão com a qual frequentemente, a história política se depara. Ater-se apenas às ações dos principais atores do processo pode dar a falsa impressão de

que somente nessa esfera se apresentam os problemas levantados. Assim, essa postura mais detalhista, quase pessoal, fruto, em parte, da proximidade no tempo, ao invés de facilitar a nossa aproximação do problema, por proporcionar mais elementos, tornar-se-ia um obstáculo, pois limitaria uma perspectiva de alcance mais vasto.

Podemos, porém, complicar um pouco mais as coisas, se admitirmos que, no caso angolano, dada a existência de um silêncio muito grande em torno dessa questão, com raras exceções, só rompido por militantes com visões apaixonadas ou por estudiosos da luta de libertação angolana que publicaram no Exterior, faz-se fundamental tentar restabelecer as atitudes tomadas pelos protagonistas dessa história.

Essas afirmações ficam mais claras quando nos referimos ao caso em questão, em que boa parte das explicações existentes insiste numa única visão a respeito do confronto entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Seguir nessa linha significa perder outras dimensões, como a correlação existente no cenário internacional e, principalmente, as mobilizações que foram feitas em torno da questão. O duelo personificação *versus* ideias ou processos não, necessariamente, deve ter como resultado a vitória de um deles. Esses indivíduos são os condutores e impulsionadores do processo. Separação é que não pode existir.

No terreno das alianças externas, é preciso ter em conta que Viriato da Cruz, já naquela época, era um dos principais contatos do movimento com a China, país que teria sido um dos primeiros a estender a mão aos movimentos anticoloniais e abri-la, coisa que, segundo Mário de Andrade (1997, p. 160-163), a União Soviética não o fez. E, quanto a isso, não se pode esquecer a rivalidade crescente entre os dois gigantes do bloco comunista, o qual estava levando ao chamado cisma sino-soviético.

Viriato da Cruz já tinha estado na China em 1958, juntamente com Mário de Andrade, por conta da extensão de uma viagem a Tachkent, na União Soviética, para participar de um congresso de escritores afro-asiáticos. Dali partiriam para Moscou e depois para a China, onde ficaram por três semanas. Os comentários de Mário de Andrade ilustram bem o apelo que essa viagem tivera sobre ele e Viriato da Cruz, pois foram recebidos pelo próprio Chu En-Lai, num momento de profundas mudanças no país anfitrião. (ANDRADE, 1997, p. 147-148). Quando já estava em Conakry, Viriato da Cruz voltou à China entre julho e agosto de 1960, com Eduardo dos Santos. Viriato da Cruz tinha, portanto,

alianças e projetos, enquanto certamente a postura e a trajetória de Agostinho Neto indicavam outros rumos.

Agostinho Neto trazia outros tipos de contatos. Sua ligação com o PCP datava do início dos anos 50 (séc. XX), quando se iniciara o ciclo de prisões por que passara. A permanência em território português não possibilitou o alargamento de seus contatos além dos que fez com a “esquerda” portuguesa, ao passo que outros companheiros seus, como Lúcio Lara, por exemplo, por terem saído de Portugal, acabaram conseguindo estabelecer relações de amizade em outros círculos políticos, quer na África, quer na Europa. Mais tarde, Agostinho Neto iria se valer de muito dessas redes de amizade. Também Mário de Andrade possuía um roteiro diferente no tocante às alianças internacionais. Sua longa passagem pela revista *Présence Africaine* possibilitou manter contatos com intelectuais de várias partes do mundo e, no caso africano, em especial, com líderes políticos.

### A deflagração

O cenário conflituoso se radicaliza a cada dia e acaba por travar as ações do movimento. É assim que se fortaleceu a ideia de ser organizada uma conferência que tentasse solucionar os problemas existentes. No decorrer da divulgação dessa ideia, surgiu um fato novo, que é a explicitação da crise para fora do MPLA. Viriato da Cruz, acuado dentro do movimento, dirigiu uma declaração aos militantes em 15 de novembro de 1962 (que se tornou pública imediatamente), em que afirmava que não abandonaria o MPLA, mas que seria necessário deixar Léopoldville por estar em desacordo com alguns dirigentes sobre a condução da organização.

Destacou sete itens, entre eles, o fato de não aceitar a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo em Angola, que alguns dirigentes, segundo ele, defendiam e que abriria as portas do movimento a uma política sem princípios. Outra acusação se referia às manobras para que a direção coubesse a um núcleo com o qual fez amizade ao longo da vida estudantil universitária na metrópole. Criticava também a ambição exagerada de “um grupo de militantes de vigésima hora”, numa clara alusão aos recém-chegados, incluído aí Agostinho Neto, além dos estudantes que haviam fugido de Portugal. Por último, numa acusação mais direta a Agostinho Neto, disse não aceitar o culto da personalidade

dentro do movimento, afirmando que cada dirigente devia conquistar a confiança e o respeito dos militantes na medida em que respeitava e fazia respeitar os princípios do movimento.

Identificados os rivais e os aliados, declarado o combate, iniciam-se as batalhas. As acusações de Viriato da Cruz visavam a delimitar o grupo que apoiava Agostinho Neto, fugindo de uma visão personalista do confronto. Por sua vez, na corrente oposta, as ações foram menos explícitas e, no que se refere aos ataques pessoais, o que se pode perceber é a referência ao “complexo” de Viriato da Cruz por ser mestiço, mas essas acusações surgem com mais intensidade *a posteriori* e não são produto ou explicação de uma corrente política, mas quase sempre fruto de avaliações pessoais. Agostinho Neto parece ter se concentrado no convencimento político dos demais dirigentes, demonstrando grande conhecimento das lutas internas do MPLA e das suas engrenagens, para além da capacidade de articulação.

### O desfecho

A conferência, ocorrida em dezembro de 1962, foi considerada por todos como o momento e o local de definição da liderança que sairia vencedora. O volume e a seriedade das acusações não deixavam dúvidas quanto à inviabilidade de qualquer tipo de saída conciliatória. Os relatos existentes sobre a reunião, bem como a documentação consultada, são bastante contraditórios sobre sua condução. Da confrontação das fontes podemos perceber que a conferência logo se encaminhou para uma disputa em torno de duas listas com os nomes dos dirigentes. A decisão seria tomada por um total de 70 quadros votantes. A lista defendida por Agostinho Neto e seus seguidores sairia vencedora.<sup>7</sup>

Viriato da Cruz retorna a Léopoldville para a conferência e mantém sob sua esfera de influência os militantes que o apoiaram. O clima de tensão dentro do movimento se exacerba ao longo do primeiro semestre de 1963 e chega num ponto-limite com a notícia de que a Organização da Unidade Africana (OUA) criara um comitê de libertação com o objetivo, entre outros, de tentar conciliar os movimentos angolanos. Logo, em 5 de julho, Viriato da Cruz e alguns companheiros proclamam a criação de um outro comitê para o MPLA, em substituição ao eleito em dezembro de 1962. Esse novo órgão dizia que assumiria a tarefa de acabar com as divisões no movimento, preparar a unidade com a FNLA,

mas mantendo a autonomia do MPLA, apoiar o governo revolucionário e convocar eleições de novos órgãos dirigentes num prazo de três meses. (PINHEIRO, 1998, p. 162-163).

A direção eleita em dezembro decide, no dia seguinte, pela expulsão dos que compunham o comitê extraordinário, mas as coisas não parariam por aí. No dia 7, a luta pela posse dos escritórios do movimento, pois a missão da OUA estaria em Léopoldville entre os dias 13 e 18 de julho, resulta num conflito generalizado. A intervenção da polícia congoleza determinaria a detenção dos aliados de Viriato da Cruz, que, segundo Lúcio Lara, passara a contar também com alguns quadros jovens recém-chegados de cursos especiais nos países socialistas (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

A atitude de Viriato da Cruz e dos demais dirigentes e militantes que o apoiavam no sentido de se unirem ao rival agravava ainda mais a situação do MPLA, agora sob o comando de Agostinho Neto. Na tentativa de fazer frente aos ataques da FNLA e ao clima de tensão nas bases do movimento, Agostinho Neto e alguns poucos dirigentes acordaram, apressadamente, em criar uma frente partidária congregando o MPLA, o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), o Movimento Nacional Angolano (MNA), o Ngwizako e a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA). Eram movimentos que, à exceção da UNTA, até bem pouco tempo atrás, tinham sido alvo da direção do MPLA, que os acusava de serem organizações conservadoras, *tribalistas* e ligadas aos portugueses.

Só mesmo o cenário vivido em Léopoldville, que era o pior possível para a direção do MPLA, podia tornar compreensível tal estratégia e sua concretização. Esses dirigentes entendiam que o isolamento do MPLA, às vésperas da visita da comissão de conciliação, poderia significar um reforço de proporções incalculáveis para a FNLA e o cerramento de várias portas para o movimento no continente e no mundo. Por conta desse temor, a Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA) seria formalizada em 8 de julho de 1963.

A comissão da OUA chegou a Léopoldville em 13 de julho e permaneceu no Congo até o dia 18. Compunham a “Missão de Boa Vontade”, como foi intitulada a comitiva, os representantes da Argélia, do Congo-Léopoldville, da Guiné, da Nigéria, da Uganda e do Senegal. Sua tarefa era escutar e analisar as informações dos dois principais

movimentos de libertação angolanos, FNLA e MPLA, para, a partir daí, tentar ajudar na conciliação entre eles.

A comissão apresentou um relatório devastador para o MPLA: recomendava que todo apoio, fosse africano ou não, à luta pela libertação angolana, deveria ser fornecido através do Congo-Léopoldville, em cooperação com o Comitê de Coordenação para a Libertação da África, da OUA. Mas, acima de tudo, o que realmente minava as aspirações do MPLA era a indicação da FNLA como a única frente de combate pela libertação de Angola, enfatizando que outras frentes deveriam ser desencorajadas, e que a força militar do MPLA deveria se juntar à da FNLA. (PINHEIRO, 1998, p. 165-168).

O MPLA estava numa espiral de insucessos. As recomendações da comissão da OUA não poderiam ter sido piores, mas isso não era tudo. Ao fim desse mesmo mês de julho de 1963, Mário de Andrade, que estava no Cairo, anunciou sua saída do movimento, sob o argumento de que a criação da FDLA não tinha sido do conhecimento de toda a direção, inclusive dele, o responsável pelas relações exteriores. Mais tarde, Mário de Andrade afirmou que o “plano dos princípios” não poderia ser sacrificado em função da situação por que passava o movimento. (1997, p. 182-183).

Em Léopoldville, o confronto entre os dois segmentos do MPLA se agudizou ao longo de 1963. Entretanto, Viriato da Cruz, com o passar do tempo, acabaria por se afastar da FNLA, o que não era de se estranhar, dada a sua vivência e, principalmente, as suas concepções políticas diametralmente opostas às defendidas por Holden Roberto. Não lhe foi possível obter um espaço mínimo de atuação, o que seria agravado pela transferência do MPLA para Brazzaville e pela vitória diplomática da FNLA na OUA, fatos que, de certa forma, diminuía sua importância política. Por outro lado, a entrada de seu grupo na FNLA seria contestada por alguns dirigentes dessa organização. A partir de 1964, Viriato se instala em Argel e daí, após curta passagem pela Europa, muda-se definitivamente para a China, em 1966, onde permaneceu até sua morte, em 13 de junho de 1973.

Mas Brazzaville traria também boas novidades para o MPLA. Uma outra comissão da OUA seria mandada à reunião dos chefes de Estado e de governos africanos efetuada no Cairo, em julho de 1964. Essa nova comissão, formada pelo Congo-Brazzaville, Gana e República Árabe

Unida (Egito), apoiaria a aprovação, pela OUA, do princípio da ajuda técnica e material à organização.

Paralelamente, a FDLA vai desaparecendo em Brazzaville, fruto não só da sua própria constituição apressada e da difícil conjugação de interesses, mas também em virtude da mudança provocada pelo reconhecimento da OUA do esforço do MPLA em avançar com a guerrilha em Cabinda.

As perspectivas que se abriam implicavam a ampliação da sua base de apoio, tarefa difícil de ser realizada a partir do Congo-Brazzaville, distante do território angolano e fazendo fronteira apenas com o enclave de Cabinda. O movimento teria que recorrer aos quadros mais jovens, para tentar injetar novo ânimo, aumentando, assim, o recrutamento de militantes.<sup>8</sup>

O MPLA, dadas as últimas alterações ocorridas em 1964, assumiria uma nova rota e uma nova forma de gestão. Certamente, essas eram diferentes do que alguns de seus quadros dirigentes tinham pensado em 1960 e 1961, mas o movimento dava sinais de força, e o novo timoneiro demonstrava ter o domínio de tudo o que se passava.

## Conclusão

O texto apresentado buscou insistir na ideia de que as trajetórias de homens destacados como Agostinho Neto, que tiveram e assumiram as responsabilidades que ele assumiu, dificilmente, podem ser analisadas por lentes muito estreitas ou mesmo por um pequeno número de lentes. Pensar sua vida política pautado em critérios como raça e etnia pode ser um grande equívoco, ainda que esses sejam elementos a serem levados em conta no estudo das disputas internas nos movimentos de libertação. Devem esses ser reconhecidos como caminhos adotados para a expressão de posições e consciências sociais diferenciadas. Ambos os fatores – embora não apenas eles – podem ser considerados como causa de diferenciação e de luta entre grupos divergentes, quer dentro dos movimentos, quer entre eles. No entanto, não se deve pressupor que exista uma tendência natural dos africanos – e, no caso específico, dos angolanos – para interpretar e apreender a realidade apenas pelo prisma étnico ou mesmo racial. Essas são algumas das possibilidades existentes e que estão ligadas à conjuntura e ao tipo de resposta que se espera dar e obter, principalmente, no terreno da política.



Devemos lembrar que a implementação de discursos acusatórios *entre e dentro* dos movimentos foi feita por suas respectivas camadas dirigentes, possuidoras de uma vivência urbana moderna, como muitos costumam dizer, conhecedoras de regras diferenciadas do jogo político e sujeitas a interferências internacionais, ou seja, conscientes do alcance possível que tal discurso proporcionaria.

As armas utilizadas para a mobilização dos angolanos por parte dos grupos dirigentes dos diversos movimentos de libertação nem sempre eram as mesmas e muito menos se resumiam aos fatores étnico e racial. A religião, os vínculos estudantis e a ligação entre famílias, além, é claro, do fator regional, pesaram decisivamente em muitas ocasiões.

Por isso, a ideia de culturas políticas diferenciadas pode ser muito útil para pensar determinadas crises e mesmo conjunturas. No caso em questão, olhar Agostinho Neto e Viriato da Cruz como líderes que congregavam grupos em disputa, com interesses divergentes, parece mais interessante e produtivo do que manter um foco exclusivista nas ideias de embate de cunho racial e num suposto conflito de personalidades.

## Notas

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão desse texto está inserida no Capítulo 4 do livro *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, publicado em Luanda, em 2008.

<sup>2</sup> Para o problema das limitações dos temas *etnia e condicionamentos internacionais*, presentes em muitas das análises construídas sobre a história contemporânea de Angola, BITTENCOURT (2000).

<sup>3</sup> Hugo de Meneses dizia ainda que essa disposição de Eduardo dos Santos era consequência da sua viagem pelo Corpo Voluntário Angolano até a fronteira com Angola e que, por isso, estaria tão perturbado. Eduardo dos Santos recusa esse argumento, dizendo que a viagem foi feliz e que viu o resultado dos esforços feitos. Sobre esse ponto, Mário Afonso, médico do Corpo Voluntário, que esteve nessa viagem, afirmou que todos os médicos e enfermeiros foram maltratados, e a questão racial teria aparecido de forma muito violenta. (Entrevista com Mário Afonso, Luanda, 10 de fevereiro de 1995).

<sup>4</sup> Vale lembrar que os demais componentes do Comitê-Diretor eram Eduardo dos Santos, Hugo Azancot de Meneses, Lúcio Lara e Mário de Andrade.

<sup>5</sup> No caso de Deolinda Rodrigues, sua vida acadêmica foi feita fora da metrópole, mais precisamente, no Brasil e nos Estados Unidos.

<sup>6</sup> Em muitas das entrevistas que realizei com antigos militantes do MPLA, sobressai a ideia de que Mário de Andrade cedeu suas funções a Agostinho Neto, numa espécie de reconhecimento ao peso político da figura do presidente de honra.

<sup>7</sup> A PIDE fez circular entre seus responsáveis uma matéria sobre a conferência do MPLA, publicada no *Jeune Afrique* (Túnis), de 17 de dezembro de 1962. O tom da reportagem é de certo otimismo, dada a saída dos dissidentes da direção. Destaca-se, ainda, o apoio argelino ao MPLA e à FNLA. Infelizmente, não se menciona o resultado eleitoral. (IAN/TT; PIDE/DGS, Delegação de Angola, p. 11.15.B, nt 1828, fls. 615-7).

<sup>8</sup> De acordo com Daniel Chipenda, já na Conferência de Quadros, alguns jovens seriam alçados a postos mais elevados na estrutura do movimento – é o caso dele próprio e de outros como Henda, Spencer, Timóteo e Miguel Baia (Entrevista com Daniel Chipenda). (JAIME; BARBER, 1999, p. 140-141).

## Referências

---

- ANDRADE, Mário Pinto de. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: J. Sá da Costa, 1997.
- BITTENCOURT, Marcelo. A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. In: *Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA, 2.*, 1997, Luanda. *Anais...* Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000a. p. 161-185.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos!: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.
- DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Vária História*, n. 28, p. 13-28, dez. 2002.
- GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GUERRA, João Paulo. *Memória das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 1994.
- JAIME, Drumond; BARBER, Helder. *Angola: depoimentos para a história recente (1950-1976)*. [S.l.]: Edição dos Autores, 1999.
- LARA, Lúcio. *Um amplo movimento...: itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. Luanda: Edição do Autor, 1997. v. 1.
- MARCUM, John. *The Angolan Revolution: the anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1969. v. 1.
- MESSIANT, Christine. *1961: l'Angola colonial, histoire et société: les prémisses du mouvement nationaliste*. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2006.
- PÉLISSIER, René. *Le naufrage des caravelles: études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Pelissier, 1979.
- PINHEIRO, Patrícia McGowan. *Misérias do exílio: os últimos meses de Humberto Delgado*. Lisboa: Contra-Regra, 1998.
- TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. 2 v.

# Entrevista